



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 35/2020

CARTA-CONTRATO Nº 35/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº [0003141-67.2020.6.22.8000](#)

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA COPIADORA RORIZ LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **COPIADORA RORIZ LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. **22.882.427/0001-01**, com sede na Rua Gonçalves Dias, n. 118, Bairro: Centro, CEP.: 76.801-076, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Telefone(s): (69) 69 3223 3813/99352 3253, E-mail(s): centercuros@gmail.com; karinesocopias@hotmail.com; socopias.socopias@gmail.com, neste ato representada por **KARINE RORIZ DE CARVALHO**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 412.274-SSP/RO e CPF 420.782.882-68.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO e, supletivamente, Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei 10.406/2002 (Código Civil), bem como Resolução TSE n. 23.234/2010.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, II, da Lei n. 8.666/93 e Cotação de Preços CJD 2020.

Ato de Autorização da Despesa e Ratificação da Dispensa de Licitação:
Despacho n. 2050/2020-PRES/DG/GABDG, de 15/12/2020, evento [0640808](#).

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto desta Carta-Contrato a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de impressão fotográfica para atendimento de demanda da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação (SJGI) e para o Núcleo de Gestão da Memória da Justiça Eleitoral de Rondônia, bem como as decorrentes das Eleições 2020, conforme detalhamento abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE	FORMA DE MEDIDA
01	LIVRO (Modelo 1) - Impressão e acabamento de livro de fotos de no mínimo 20 páginas e no máximo 150 páginas, com tamanho A4 (210 mm x 297mm), impressão 4x0 cores, em papel fotográfico liso fosco 230gr. Capa em papelão, tamanho ofício (310x297mm), envolvido com papel crepel, gravado em serigrafia na cor dourada ou prateada ou capa adesivada. Acabamento da encadernação com miolo costurado. Obs.: Preço por página já com capa e encadernação inclusas	800	Páginas
02	LIVRO (Modelo 2) – Impressão e acabamento de livro de fotos de no mínimo 20 páginas e no máximo 150 páginas, com tamanho A4 (210 mm x 297mm), impressão 4x0 cores, em papel	400	Páginas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	cochê liso 250gr. Capa em papelão, tamanho ofício (310x297mm), envolvido com papel crepel, gravado em serigrafia na cor dourada ou prateada ou capa adesivada. Acabamento da encadernação com miolo costurado. Obs.: Preço por página já com capa e encadernação inclusas		
03	LIVRO (Modelo 3) - Impressão e acabamento de livro de fotos de no mínimo 20 páginas e no máximo 150 páginas, com tamanho A3 (297 mm x 420 mm), impressão 4x0 cores, em papel fotográfico liso fosco 230gr. Capa em papelão, tamanho ofício (310x297mm), envolvido com papel crepel, gravado em serigrafia na cor dourada ou prateada ou capa adesivada. Acabamento da encadernação com miolo costurado. Obs.: Preço por página já com capa e encadernação inclusas	100	Páginas
04	LIVRO (Modelo 4) - Impressão e acabamento de livro de fotos de no mínimo 20 páginas e no máximo 150 páginas, com tamanho A3 (297 mm x 420mm), impressão 4x0 cores, em papel cochê liso 250gr. Capa em papelão, tamanho ofício (310x297mm), envolvido com papel crepel, gravado em serigrafia na cor dourada ou prateada ou capa adesivada. Acabamento da encadernação com miolo costurado. Obs.: Preço por página já com capa e encadernação inclusas	100	Páginas

Subcláusula Primeira – A Administração não se obriga a contratar o **material registrado**, ficando a cargo de eventual necessidade por parte da unidade demandante ou de disponibilidade orçamentária.

Subcláusula Segunda – O envio da arte e da requisição ocorrerá por meio de mensagem eletrônica



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 3 (três) dias úteis após o recebimento da arte.

Subcláusula Quarta - O CONTRATANTE entregará à empresa CONTRATADA a arte final dos materiais em arquivos Corel Draw X7 ou superior; Adobe In Design CC 2019 ou equivalente; Adobe Photoshop, versão CC 2019 ou superior; ou em formato PDF, devendo possuir meios próprios para visualização e ajustes na arte se necessário.

Subcláusula Quinta – Será de responsabilidade da empresa CONTRATADA solucionar, nos arquivos magnéticos enviados, qualquer problema de compatibilidade com o software ou versão deste, para assegurar a qualidade da impressão dos materiais.

Subcláusula Sexta – A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, quando verificar condições inadequadas para a execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicá-los ou atrasá-los.

Subcláusula Sétima - Com a assinatura deste instrumento, a CONTRATADA ratifica que observará, entre outros, os critérios de aceitação do objeto e de sustentabilidade ambiental definidos para esta contratação, conforme detalhados nos itens 3 e 5 do Projeto Básico correspondente.

Subcláusula Oitava – Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico e a Cotação de Preços respectivos, a proposta da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação.

DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Carta-contrato terá vigência é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, não podendo ser prorrogada.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O valor total estimado desta contratação é **R\$ 17.500,00** (dezessete mil e quinhentos), conforme proposta da Contratada constante da Cotação de Preços respectiva e a seguir demonstrado:

ITEM	DESCRIÇÃO	Qtd	Vlr Unitário	Vlr Total
01	LIVRO (Modelo 1)	800	R\$ 13,00	R\$ 10.400,00
02	LIVRO (Modelo 2)	400	R\$ 7,50	R\$ 3.000,00
03	LIVRO (Modelo 3)	100	R\$ 26,00	R\$ 2.600,00
04	LIVRO (Modelo 4)	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DESTA CARTA-CONTRATO				R\$ 17.500,00

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, tais como: mão-de-obra, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, materiais da CONTRATADA, deslocamentos, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda – As despesas com a execução da presente carta-contrato correrão à conta do no orçamento Ordinário da Justiça Eleitoral,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Programa de Trabalho 02061003342690001, Elemento Despesa 33.90.30-59, conforme Nota de Empenho n. 2020NE001285, de 16/12/2020, a qual será reforçada durante a execução do serviço, caso necessário, consoante detalhamento abaixo:

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.122.0033.20GP.0011 – 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Adm. na Justiça Eleitoral / 0011 - No Estado de Rondônia

CATEGORIA DA PROGRAMAÇÃO: MANUTENÇÃO GERAL

AGREGADOR: OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

DESPESA AGREGADA: SERVIÇOS GRÁFICOS, DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO

PLANO INTERNO: ADM APOIO

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O pagamento será efetuado após o recebimento do produto, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 5(cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo, devendo a Fatura/Nota Fiscal estar devidamente atestada Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação - CJD, e aplicadas as retenções legais.

Subcláusula Primeira – Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade junto à Pública Federal e/ ou à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Justiça do Trabalho e ao CNJ.

Subcláusula Segunda - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso não gere direito a reajustamento de preços.

Subcláusula Terceira – Caso o CONTRATANTE identifique alguma divergência ou pendência que impeça o pagamento, notificará a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir da regularização da pendência ou divergência.

Subcláusula Quarta - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

Subcláusula Quinta - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Subcláusula Sexta - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.

Subcláusula Sétima - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATANTE não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

365

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Oitava – A compensação financeira prevista na Subcláusula anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

(Artigo 67 da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SEXTA – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização da presente contratação será exercida pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação - CJD, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

Subcláusula Única - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução da contratação não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições neste instrumento, no Projeto Básico e seus anexos, requisitando formalmente à CONTRATADA a prestação dos serviços descritos nesta contratação;
2. Receber de forma definitiva, até 05 (cinco) dias úteis o material entregue pela CONTRATADA, juntamente com Nota Fiscal;
3. Efetuar o pagamento, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos nesta Carta-Contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Comunicar-se com a CONTRATADA por meio de correspondência oficial, inclusive alertando-a acerca da proximidade do vencimento de prazos e obrigações que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;
5. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
6. Analisar e deliberar sobre os eventuais pedidos de prorrogação de prazo para entrega e substituição de materiais utilizados pela contratada;
7. Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos; e
8. Cumprir as demais obrigações consignadas contratualmente.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII, XII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA - São obrigações da CONTRATADA:

1. Entregar o material no prazo de 03 (três) dias úteis contados do recebimento da arte;
2. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas nesta cotação de preços e na legislação específica aplicável aos serviços;
3. Manter, durante todo período de execução, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao TRE-RO a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do gestor do contrato, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
5. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder ou não à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
6. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil, decorrentes da execução dos serviços, aquisição e confecção do objeto desta contratação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. Apresentar, se entender necessário, pedidos de prorrogação do prazo de entrega dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando que:

a) Os pedidos de prorrogação de prazo deverão apresentar a devida justificativa e ser dirigidos à Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação de um dos gestores do contrato, decidir acerca desses pedidos formulados.

b) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para a entrega e substituição do bem ou serviço, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008- TRE-RO.

8. Informar imediatamente ao TRE-RO a ocorrência de qualquer problema que venha ocasionar a indisponibilidade do objeto desta Carta-Contrato, ou qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução deste instrumento, para adoção das medidas cabíveis;

9. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente CARTA-CONTRATO em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor estimado para a execução dos serviços, na forma do artigo 65, § § 1º e 2º, da Lei 8.666/93, observado o que segue:

a) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiterada decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).

10. Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência, após a assinatura deste instrumento, de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

11. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor da contratação para adimplemento de obrigação contratual; e

12. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA - Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas nesta Carta-Contrato, no Projeto-Básico, na Cotação de Preços e seus anexos e na proposta, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das penalidades ora previstas.

Subcláusula Primeira – O descumprimento injustificado das obrigações assumidas poderá sujeitar a Contratada à aplicação de multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, na seguinte forma:

I - 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da Nota de Empenho por dia de atraso na execução dos serviços, até o máximo de 5% (cinco por cento), o que poderá configurar a inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

II - Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do empenho no caso de inexecução parcial das obrigações assumidas.

III - 30% (trinta por cento) do valor do empenho no caso de inexecução total da obrigação assumida.

Subcláusula Segunda - Também poderão ser aplicadas multas moratórias pelas infrações cometidas e o grau respectivo, na forma indicada na tabela adiante:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	2% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
2	4% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
3	6% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
4	8% DO VALOR TOTAL CONTRATADO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – O descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação, tais como regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça:

- I - primeiro atraso injustificado de 01(um) dia útil: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;
- II - segundo atraso injustificado de 01(um) dia útil: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;
- III - terceiro atraso injustificado de 01(um) dia útil: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;
- IV - quarto atraso injustificado de até 01 (um) dia útil ou primeiro atraso injustificado superior a 01 (um) dia útil poderá caracterizar como inexecução contratual.

Subcláusula Quarta - Pela inexecução total ou parcial do objeto da carta-contrato, o CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos.

Subcláusula Quinta - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida na cotação de preços, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas neste instrumento,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Sexta - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas.

Subcláusula Sétima - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros;

Subcláusula Oitava - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Nona - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

Subcláusula Décima - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Décima Primeira - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Décima Segunda - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Subcláusula Décima Terceira - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Quarta - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Quinta - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Sexta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Sétima - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Oitava - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Nona - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Vigésima - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Vigésima Primeira – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Vigésima Segunda - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às aquisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta Carta-Contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta - Não há previsão de reajuste de preços para esta contratação em nenhuma das modalidades.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sétima – Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Oitava – É vedado o reequilíbrio quando houver alteração do regime tributário ao qual a CONTRATADA está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento contratual e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia – DJE-RO, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicam-se a legislação, as normas e os documentos indicados no início desta Carta-contrato, nos itens “Legislação aplicável” e “Fundamento legal”.

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, assim como pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pela CONTRATANTE	KARINE RORIZ DE CARVALHO Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **KARINE RORIZ DE CARVALHO, Usuário Externo**, em 17/12/2020, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 17/12/2020, às 15:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 17/12/2020, às 16:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 17/12/2020, às 16:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0642675** e o código CRC **5C8EFC5E**.

0003141-67.2020.6.22.8000

0642675v1

Criado por 006007062364, versão 1 por 006007062364 em 17/12/2020 15:11:03.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

ETP - PARA DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA DISPENSAS E
INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO**

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,

Para cumprimento do [inciso IX do artigo 6º da Lei 8.666/93](#), encaminha-se o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) para apreciação e eventual aprovação de Vossa Senhoria, com os elementos iniciais que integrarão o Projeto Básico para a pretensa contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratação direta: <i>(Indicar o dispositivo legal de enquadramento da contratação. Acaso enquadrada no art. 24, inciso I, II, IV e V, com valores definidos nesses dispositivos, apresentar a complexidade que justifica a adoção de ETP)</i>	(x) Dispensa de licitação. Art. 24, inciso I, da Lei n. 8.666/93. () Inexigibilidade de licitação – Art. 25, inciso I, da Lei n. 8.666/93.
Unidade solicitante:	Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação
Unidade demandante:	Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação
Servidor ou equipe responsável pela elaboração do projeto básico da contratação:	Solange Mendes Garcia
Contratação com previsão no Plano Anual de Contratações - PAC?	() Sim. (x) Não. Justificar, de forma sucinta, a razão da não inclusão prévia no PAC. Demanda apresentada pelo Presidente do TRE Rondônia após a aprovação do Plano Anual de Contratações.
Houve contratação semelhante em exercícios anteriores?	(x) Não. (Se assinalado, não responder o contrário). () Sim. () Houve incidentes durante o procedimento de seleção da proposta ou na execução do contrato, ou em ambos? () As lições aprendidas estão sendo consideradas neste estudo?
Justificativa:	A contratação visa atender demanda apresentada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente conforme as identificações de necessidade para a preservação da Memória Eleitoral e prestação de homenagens a autoridades consoante critério de

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	conveniência e oportunidade administrativa da gestão.
Objeto:	Contratação de empresa especializada na publicação de Livro de Fotografia (Book) demandados pelo Presidente do TRE RO
Quantidade: 20 books entre 30 e 80 páginas conforme a necessidade do presidente do TRE RO com previsão de fornecimento para 12 meses.	Previsão inicial de valores: () Não. (x) Sim. Informar: R\$ 17.600,00
Data prevista para o início das entregas ou para a prestação dos serviços:	25 de novembro de 2020

0003141-67.2020.6.22.8000

0608765v17



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE MENDES GARCIA, Coordenador(a)**, em 28/10/2020, às 15:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0608765** e o código CRC **08A6F303**.

Criado por 004204572330, versão 17 por 004204572330 em 28/10/2020 15:32:33.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br**PROJETO BÁSICO Nº 1/2020 - COMISSÕES/MEMORIA****1 - INTRODUÇÃO**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, inciso IX e 7º, inciso I, ambos da Lei n. 8.666/93 e das regras da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, elaboramos o presente Projeto Básico que objetiva a contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para impressão fotográfica a fim de atender ações relacionadas à preservação da memória eleitoral deste Tribunal, elabora-se o presente Projeto Básico.

Sua elaboração observa, ainda, as regras e diretrizes para contratação bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução n. 23.234, de 25/03/2010.

2 – DO OBJETO

Objetiva-se a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de impressão fotográfica para atendimento de demanda da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação (SJGI) e para o Núcleo de Gestão da Memória da Justiça Eleitoral de Rondônia, bem como as decorrentes das Eleições 2020, conforme detalhamento abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE	FORMA DE MEDIDA
01	LIVRO (Modelo 1) - Impressão e acabamento de livro de fotos de no mínimo 20 páginas e no máximo 150 páginas, com tamanho A4 (210 mm x 297mm), impressão 4x0 cores, em papel fotográfico liso fosco 230gr. Capa em papelão, tamanho ofício (310x297mm), envolvido com papel crepel, gravado em serigrafia na cor dourada ou prateada ou capa adesivada. Acabamento da encadernação com miolo costurado. Obs.: Preço por página já com capa e encadernação inclusas	800	Páginas
02	LIVRO (Modelo 2) –Impressão e acabamento de livro de fotos de no mínimo 20 páginas e no máximo 150 páginas, com tamanho A4 (210 mm x 297mm), impressão 4x0 cores, em papel cochê liso 250gr. Capa em papelão, tamanho ofício	400	Páginas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	(310x297mm), envolvido com papel crepel, gravado em serigrafia na cor dourada ou prateada ou capa adesivada. Acabamento da encadernação com miolo costurado. Obs.: Preço por página já com capa e encadernação inclusas		
03	LIVRO (Modelo 3) - Impressão e acabamento de livro de fotos de no mínimo 20 páginas e no máximo 150 páginas, com tamanho A3 (297 mm x 420 mm), impressão 4x0 cores, em papel fotográfico liso fosco 230gr. Capa em papelão, tamanho ofício (310x297mm), envolvido com papel crepel, gravado em serigrafia na cor dourada ou prateada ou capa adesivada. Acabamento da encadernação com miolo costurado. Obs.: Preço por página já com capa e encadernação inclusas	100	Páginas
04	LIVRO (Modelo 4) - Impressão e acabamento de livro de fotos de no mínimo 20 páginas e no máximo 150 páginas, com tamanho A3 (297 mm x 420mm), impressão 4x0 cores, em papel cochê liso 250gr. Capa em papelão, tamanho ofício (310x297mm), envolvido com papel crepel, gravado em serigrafia na cor dourada ou prateada ou capa adesivada. Acabamento da encadernação com miolo costurado. Obs.: Preço por página já com capa e encadernação inclusas	100	Páginas

2.1 Informações complementares ao Objeto

1. A Administração não se obriga a contratar **o material registrado**, ficando a cargo de eventual necessidade por parte da unidade demandante ou de disponibilidade orçamentária;
2. O envio da arte e da requisição ocorrerá por meio de mensagem eletrônica;
3. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 3 (três) dias úteis após o recebimento da arte;
4. A Contratante entregará à empresa contratada a arte final dos materiais em arquivos Corel Draw X7 ou superior; Adobe In Design CC 2019 ou equivalente; Adobe Photoshop, versão CC 2019 ou superior; ou em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- formato PDF, devendo possuir meios próprios para visualização e ajustes na arte se necessário;
5. Será de responsabilidade da empresa contratada solucionar, nos arquivos magnéticos enviados, qualquer problema de compatibilidade com o software ou versão deste, para assegurar a qualidade da impressão dos materiais;
 6. A Contratada deverá comunicar, por escrito, quando verificar condições inadequadas para a execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicá-los ou atrasá-los.

3 – DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

1. A aceitação do objeto observará os seguintes parâmetros:
 - a) Os materiais deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às especificações de dimensões, gramatura e prazos.
 - b) O material será recusado, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo fiscal da contratação, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, se:
2. Constatado que os mesmos apresentam desacordo com as especificações deste instrumento, da proposta da contratada, da nota de empenho;
3. Entregues em desacordo com a arte fornecida;
4. Entregues fora do prazo, tornarem-se inútil ao fim que se destina, pois os itens qui descritos destinam-se a compor cerimoniais específicos como posse e despedida de membros que compõem a corte eleitoral;
5. Apresentarem quaisquer vícios de qualidade ou impropriedade para o uso.

3 – DA JUSTIFICATIVA

3.1 Da Necessidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nos termos da Seção VI, do Capítulo III, do Título III da Constituição Federal, a Justiça Eleitoral não dispõe de quadro próprio de magistrados, assim, a sazonalidade e alternância dos membros é constante.

A contratação aqui proposta visa preservar a memória institucional ao possibilitar a impressão de livro de fotos e documentos das principais passagens e atuações dos magistrados no exercício da jurisdição eleitoral.

Conforme o disposto no PSEI 0001086-46.2020.6.22.8000, Plano de Gestão da Presidência do Excelentíssimo Desembargador Presidente Marcos Alaor Diniz Grangeia, biênio 2020-2021, evento 0530480, Propósito XI, Aprimorar a Gestão da Informação é propósito estratégico da gestão, e implementar ações da Memória Eleitoral no intuito de registrar ações de preservação da memória institucional é cumprir estrategicamente esse propósito, tudo de acordo com a política de valorização da memória institucional determinada pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução CNJ nº 324, de 30/06/2020, e Portaria TSE nº 256/2014.

4 - ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Projeto Básico detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Projeto Básico vem ao encontro do planejamento estratégico deste Tribunal, especialmente no tocante à sua visão de futuro, que consiste em "**Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança**", sendo a transparência um de seus principais valores.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

De acordo com o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 246/2020, de 08/10/2020.

O artigo 6º, IV, da mesma norma, determina que essas unidades ou núcleos devem fomentar as ações que estimulem a promoção de contratações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sustentáveis. Dentro dessa linha, o artigo 17 da Resolução estabelece que as contratações efetuadas pelos órgãos deverão observar:

I – critérios de sustentabilidade na aquisição de bens, tais como:

- a) rastreabilidade e origem dos insumos de madeira como itens de papelaria e mobiliário, a partir de fontes de manejo sustentável;
- b) eficiência energética e nível de emissão de poluentes de máquinas e aparelhos consumidores de energia, veículos e prédios públicos;
- c) eficácia e segurança dos produtos usados na limpeza e conservação de ambientes;
- d) gêneros alimentícios.

II - práticas de sustentabilidade na execução dos serviços;

III – critérios e práticas de sustentabilidade no projeto e execução de obras e serviços de engenharia, em consonância com a Resolução CNJ 114/2010;

IV – emprego da logística reversa na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, observadas as limitações de cada município.

No entanto, a referida Resolução não estabeleceu critérios objetivos que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais. Trata-se, a nosso ver, de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa. Assim, enquanto não se houver estabelecido esses critérios objetivos de mensuração, não há possibilidade de se exigir, quer nos editais ou mesmo nos instrumentos contratuais o cumprimento dessas obrigações ligadas à sustentabilidade ambiental. Ademais, verifica-se que o objeto pretendido não se enquadra nas hipóteses listadas no retrocitado artigo 17 da Resolução CNJ n. 201/2015.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6 - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A Instrução Normativa STI/MPOG n. 5/2014, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Embora não seja de observância obrigatória por este Órgão do Poder Judiciário Federal é, sempre que possível, adotada como um referencial de boa prática.

Referida norma estabelece em seu Art. 2º alguns parâmetros para balizar a pesquisa de preços, entre eles, o painel de preços, contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços, pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso.

Ocorre que, pelas características do objeto pretendido, para os quais estão sendo definidas entregas em 03 (três) dias úteis a contar da entrega da arte, a adoção do painel de preços ou contratações similares de outros entes públicos como referencial de preços levará à distorções porque não contemplará as especificidades da contratação.

Assim, optou-se pela pesquisa de preços com os fornecedores potenciais, procedimento previsto no inciso IV do Art. 2º da norma citada, entendido como mais efetivo para estimar de forma eficaz o preço dos serviços pretendidos. O valor total dos itens 1, 2, 3 e 4, item 2 deste Projeto Básico, apresentado pela empresa vencedora é de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais). Valor obtido por meio da Cotação de Preços CJD 2020, distribuída no mercado local, para a qual obteve-se o seguinte resultado:

Item 1. LIVRO (Modelo 1)				
Ordem	Empresa	CNPJ	Valor	Cotação e Habilitação
1	Copiadora Roriz Ltda. - EPP	22.882.427/0001-01	10.400,00	0624577 e 0625367
2	Centercurtos Gestão de Pessoas Ltda.	04.060.246/0001-00	16.000,00	0624599 e 0625368
3	FGF Campos Eireli	84.620.889/0001-08	14.400,00	0624601 e 0625369

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item 2. LIVRO (Modelo 2)

Ordem	Empresa	CNPJ	Valor	Cotação e Habilitação
1	Copiadora Roriz Ltda. - EPP	22.882.427/0001-01	3.000,00	0624577 e 0625367
2	Centercurtos Gestão de Pessoas Ltda.	04.060.246/0001-00	6.000,00	0624599 e 0625368
3	FGF Campos Eireli	84.620.889/0001-08	4.100,00	0624601 e 0625369

Item 3. LIVRO (Modelo 3)

Ordem	Empresa	CNPJ	Valor	Cotação e Habilitação
1	Copiadora Roriz Ltda. - EPP	22.882.427/0001-01	2.600,00	0624577 e 0625367
2	Centercurtos Gestão de Pessoas Ltda.	04.060.246/0001-00	4.000,00	0624599 e 0625368
3	FGF Campos Eireli	84.620.889/0001-08	3.200,00	0624601 e 0625369

Item 4. LIVRO (Modelo 4)

Ordem	Empresa	CNPJ	Valor	Cotação e Habilitação
1	Copiadora Roriz Ltda. - EPP	22.882.427/0001-01	1.500,00	0624577 e 0625367
2	Centercurtos Gestão de Pessoas Ltda.	04.060.246/0001-00	3.000,00	0624599 e 0625368
3	FGF Campos Eireli	84.620.889/0001-08	1.800,00	0624601 e 0625369



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Valor Total R\$	17.500,00
-----------------	-----------

Verificado o menor valor nas cotações válidas apresentado pela empresa **Copiadora Roriz Ltda. - EPP**, CNPJ n. 22.882.427/0001-01, para os **itens 1, 2, 3 e 4**, no valor total de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais), evento [0624577](#), juntamente com todas as certidões necessárias, evento [0625367](#).

Não foi possível conseguir no mercado local outras empresas com capacidade técnica e estrutura logística necessária para atender em tempo hábil a confecção do objeto deste Projeto Básico, nos termos e condições estabelecidas.

7 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A execução orçamentária ocorrerá da seguinte forma:

Do valor estimado de R\$ 17.500,00, o valor de R\$ 7.500 para o exercício de 2020, no orçamento de eleições e R\$ 10.000,00 para o exercício de 2021, no orçamento ordinário.

Exercício 2021

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.122.0033.20GP.0011 – 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Adm. na Justiça Eleitoral / 0011 - No Estado de Rondônia

CATEGORIA DA PROGRAMAÇÃO: MANUTENÇÃO GERAL

AGREGADOR: OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

DESPESA AGREGADA: SERVIÇOS GRÁFICOS, DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PLANO INTERNO: ADM APOIO

Exercício 2020

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.122.0033.4269.0001 – 4269 – Pleitos
Eleitorais / Nacional

CATEGORIA DA PROGRAMAÇÃO: ELEIÇÕES

AGREGADOR: Não se aplica

DESPESA AGREGADA: MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO

PLANO INTERNO: DIV MATER

**8 - DA POSSIBILIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO
DO VALOR DA DESPESA**

8.1 Dispensa de licitação em razão do valor:

Tomando-se por base as propostas apresentadas, a que melhor se enquadra às necessidades deste TRE-RO é a Copiadora Roriz Ltda. - EPP, CNPJ n. 22.882.427/0001-01, no valor total de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), valor para contratação por 12 meses. Foi juntado aos autos a comprovação de regularidade para contratar com o setor público demonstrada pelas certidões juntadas no evento [0625367](#). Assim, esta unidade entende que a contratação pode ser realizada diretamente, por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, II, da Lei n. 8.666/93.

Dados da futura contratada:

CNPJ n. 22.882.427/0001-01

Email: karinesocopias@hotmail.com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Endereço: Rua Gonçalves Dias, 118, Centro, CEP 76.801.076

Telefone: 3223-5298

Dados Bancários:

Banco: 104 Caixa Econômica Federal

Agência: (Nº C/ 05 DÍGITOS): 0632-7

Número da conta-corrente: 3.969-2

Dados do representante legal:

Nome: Karine Roriz de Carvalho

RG: 412.274 Órg. Exp. SSP/RO

CPF: 420.782.882-68

9 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

1. A gestão e a fiscalização do contrato será exercido pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação - CJD, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

2. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

3. Os procedimentos adotados são os previstos neste projeto básico, na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 e na legislação em vigor.

10 - DO CONTRATO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93, será firmada carta-contrato regulando a relação entre a Administração contratante e a entidade contratada;
2. Para formalizar a contratação, a adjudicatária deverá assinar a carta-contrato no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, via e-mail, pelo Sistema eletrônico de Informação SEI;
3. No ato da assinatura da carta-contrato a contratada vencedora deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas:
 - 3.1 verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.
 - 3.2 na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária.
 - 3.3 realizado o cadastramento no SEI, a Administração disponibilizará um canal eletrônico de comunicação de dados (link), contendo o inteiro teor do termo da carta-contrato para assinatura eletrônica. O prazo de 2 (dois) dias úteis para assinatura será contado da data da efetiva disponibilização do instrumento no SEI.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1 São obrigações da Contratante:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste Projeto Básico;
- 2 Receber de forma definitiva, até 05 (cinco) dias úteis o material entregue pela contratada, juntamente com Nota Fiscal;
3. Pagar à contratada pelos serviços regularmente prestados, de acordo com as seguintes regras e condições:
 - 3.1 O pagamento será realizado após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo fiscal do contrato, e precedida mediante ordem bancária ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Nota Fiscal for atestada, sendo efetuadas as retenções legais;
 - 3.3. No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal e/ ou a Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho e ao CNJ;
 - 3.4. Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada.
 - 3.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365$$

$$I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%;

3.6 A compensação financeira prevista neste item cobrada em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

11.2 São obrigações da Contratada:

- 1 .Entregar o material no prazo de 03 (três) dias úteis contados do recebimento da arte.
2. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas nesta cotação de preços e na legislação específica aplicável aos serviços.
3. Manter, durante todo período de execução, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao TRE-RO a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.
4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do gestor do contrato, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
5. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder ou não à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços.

12 - DAS SANÇÕES

12.1 Sanções Moratórias:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a celebração do contrato, sujeita a contratada à multa moratória, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

1.1 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da Nota de Empenho por dia de atraso na execução dos serviços, até o máximo de 5% (cinco por cento), o que poderá configurar a inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

1.2. Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do empenho no caso de inexecução parcial das obrigações assumidas.

1.3 30% (trinta por cento) do valor do empenho no caso de inexecução total da obrigação assumida.

2. Também poderão ser aplicadas multas moratórias pelas infrações cometidas e o grau respectivo, na forma indicada na tabela adiante:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	2% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
2	4% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
3	6% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
4	8% DO VALOR TOTAL CONTRATADO

3. Demais descumprimentos de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação estipulada neste instrumento, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 3.1 primeiro atraso injustificado de 01(um) dia útil: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;
- 3.2 segundo atraso injustificado de 01(um) dia útil: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;
- 3.3 terceiro atraso injustificado de 01(um) dia útil: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;
- 3.4 quarto atraso injustificado de até 01 (um) dia útil ou primeiro atraso injustificado superior a 01 (um) dia útil poderá caracterizar como inexecução contratual.

12.2 Sanções Punitivas:

1. Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

1.1 advertências.

1.2 multas sobre o valor do contrato e fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções previstas neste TR, de até 30% (trinta por cento).

1.3 suspensões temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

1.4 declarações de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

2. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida nesta cotação de preços,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

3. O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

4. A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

5. Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei nº 6.830/80).

6. Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

7. No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei n. 10.522/02).

8. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO - CAI2.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

10. O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

13 – DOS ANEXOS

São anexos ao presente instrumento:

I - Cotação de Preços CJD 2020, conforme listado no item 6;



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE MENDES GARCIA, Coordenador(a)**, em 27/11/2020, às 17:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0625375** e o código CRC **00EF1216**.

0003141-67.2020.6.22.8000

0625375v141

Criado por 004204572330, versão 141 por 004204572330 em 27/11/2020 17:35:50.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003141-67.2020.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: CJD

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – Serviço de impressão de Livro de Fotografia (Book).

DESPACHO Nº 2050 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo instaurado por solicitação da Memória Eleitoral deste TRE-RO, objetivando a contratação de empresa especializada na impressão de Livro de Fotografia (Book), conforme evento [0607566](#).

Carreou-se aos autos cotações de preços obtidas no mercado local, apresentadas pelas empresas; Copiadora Roriz ([0624577](#)), Centercursos ([0624599](#)) e FGF Campos Eireli ([0624601](#)). Verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **Copiadora Roriz Ltda. - EPP, CNPJ n. 22.882.427/0001-01** no valor de **R\$ 17.500,00** (dezesete mil e quinhentos reais), justificando, portanto, a escolha desse fornecedor, que apresentou a Certidão Negativa ([0625367](#)).

Inicialmente, a MEMORIA juntou o Estudo Técnico Preliminar ([0608765](#)) e o Projeto Básico n. 01/2020-MEMORIA ([0625375](#)), que dimensionou o valor total da contratação em **R\$ 17.500,00** (dezesete mil e quinhentos reais) para o exercício de 2021, descreveu o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da aquisição, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, possibilidade de aquisição direta, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

Na sequência, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou o feito, concomitantemente, à COMAP, para análise do Projeto Básico; à COFC, para programação orçamentária; à SECONT para elaborar minuta do instrumento contratual e à AJDG, para emissão de parecer jurídico ([0631684](#)).

Em cumprimento ao Despacho 2279/2020 ([0631684](#)), a COMAP, analisou e concluiu pela regularidade do Projeto Básico, complementado pela proposta da empresa **Copiadora Roriz Ltda. - EPP, CNPJ n. 22.882.427/0001-01**, pois encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93 para **contratação direta com**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei n. 8.666/93 ([0634549](#)).

De acordo com a Informação n. 378/2020 ([0631825](#)), o Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade comunica que tratando-se de despesa prevista para o exercício 2021 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, uma vez que depende da aprovação da Lei Orçamentária Anual 2021, atualmente tramitação no Congresso Nacional ([PL nº 28/2020-CN](#)). Ademais, registrou que a proposta orçamentária deste Tribunal para o exercício seguinte tramita no processo n. [0000058-43.2020.6.22.8000](#), com previsão de terminada quantia designada a despesas com o objeto dessa contratação pretendida.

Outrossim, por meio do Despacho nº 1173/2020 – PRES/DG/SAOFC/COFC ([0631826](#)), determinou à SPOF o registro da programação orçamentária conforme os valores indicados no PB nº 1/2020-MEMORIA. Sendo assim, a referida unidade procedeu a programação orçamentária, para o presente exercício, comunicando a existência do **pré-empenho nº 2020PE000401** no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) e que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([0639290](#)).

Por meio do Parecer Jurídico n. 279/2020 ([0639427](#)) a AJDG opinou pela viabilidade de contratação direta com a empresa **COPIADORA RORIZ LTDA. - EPP, CNPJ N. 22.882.427/0001-01**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei n. 8666/1993 e pela aprovação do Projeto Básico n. 01/2020-MEMORIA ([0625375](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa e manifestou-se pela autorização da despesa; pela aprovação do Estudo Técnico Preliminar ([0608765](#)) e do Projeto Básico n. 01/2020-MEMORIA ([0625375](#)); pela contratação direta da empresa **COPIADORA RORIZ LTDA. - EPP, CNPJ N. 22.882.427/0001-01**, por dispensa de licitação, com fulcro no [Inc. II do art. 24 da Lei n. 8.666/93](#) ([0639661](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda não supera o limite legal permitido no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018 e da Lei 14.065/2020, de 30 de setembro de 2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pelos elementos que se encontram nos autos, verifica-se que restam devidamente justificados os preços a serem contratados, uma vez que a cotação de preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis à todas às contratações diretas, nos termos previstos no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nº 8.666/93**.

Cabe registrar que na Análise de Termo de Referência / Projeto Básico Nº 159/2020 ([0634549](#)), a coordenadora da COMAP declara que a Administração não realizou contratações de mesma natureza, afastando-se, assim, eventual discussão acerca de **fracionamento irregular de despesa**.

Há justificativa para a contratação pretendida, considerando que a Justiça Eleitoral não dispõe de quadro próprio de magistrados, assim, a sazonalidade e alternância dos membros é constante. A contratação em questão visa preservar a memória institucional ao possibilitar a impressão de livro de fotos e documentos das principais passagens e atuações dos magistrados no exercício da jurisdição eleitoral, de acordo com o subitem 3.1 do PB n. 3 ([0625375](#)).

Assim, das informações extraídas dos presentes autos, verifica-se que a empresa **COPIADORA RORIZ LTDA. - EPP, CNPJ N. 22.882.427/0001-01 ([0624577](#))** ofertou o menor preço dentre as cotações válidas para a aquisição em comento, no valor de **R\$ 17.500,00** (dezessete mil e quinhentos reais).

Pelo exposto e com base nos documentos e informações constantes dos autos e nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta Diretoria-Geral:

- 1 - aprova o Estudo Técnico Preliminar ([0608765](#)) e o Projeto Básico n. 01/2020-MEMORIAL ([0625375](#))**, porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso [IX do art. 6º c/c §9º do inciso I do art. 7º da Lei nº 8.666/93](#);
- 2 - autoriza a despesa, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93;**
- 3 - Adjudica o objeto à empresa COPIADORA RORIZ LTDA. - EPP, CNPJ N. 22.882.427/0001-01**, por ofertar o menor preço para a contratação e, autoriza a consequente emissão da Nota de Empenho no valor de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), em favor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da referida empresa, condicionada à verificação da regularidade fiscal; e

4 - Determina a publicação da dispensa apenas no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), em respeito ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação situa-se abaixo dos patamares da dispensa legal, com fulcro no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#).

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 15/12/2020, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0640808** e o código CRC **CA9A1214**.

0003141-67.2020.6.22.8000

0640808v17

Criado por 018005762348, versão 17 por 004577222313 em 15/12/2020 16:44:20.